

determinando no n.º 2 do respetivo artigo 7.º, a afetação às mesmas dos imóveis classificados na portaria 1130/2007, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 245, de 20 de dezembro, alterada pela portaria 829/2009, publicada no *Diário da República*, 2.ª série n.º 163, de 24 de agosto.

A Fortaleza de Sagres é um imóvel classificado como Monumento Nacional que se encontra afeto à Direção Regional de Cultura do Algarve nos termos da portaria supra citada.

Considerando a sua relevância nacional e regional, complexidade de funcionamento e estrutura de recursos humanos, importa assegurar a coordenação, a otimização de recursos e o serviço público, pelo que designo, no uso das competências que me são conferidas pela alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atualmente em vigor, o Dr. Luciano Guerreiro Rafael, Técnico Superior da Direção Regional de Cultura do Algarve, como coordenador da Fortaleza de Sagres, funções que vem desempenhando desde janeiro de 2008. As funções de coordenação incluem a coordenação e acompanhamento da equipa no local, a gestão de projetos associados ao monumento, a participação no desenvolvimento de programas e ações de promoção e divulgação, a colaboração na monitorização e nas propostas de conservação do imóvel, e a sistematização das estatísticas e da receita própria gerada nos imóveis afetos.

O exercício de funções de coordenador não implica qualquer alteração da posição remuneratória, não sendo equiparado ao exercício de cargo dirigente.

O presente despacho produz efeitos a partir do dia em que foi assinado.

20 de junho de 2018. — A Diretora Regional, *Alexandra Rodrigues Gonçalves*.

311439471

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Aviso n.º 8994/2018

A Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P. pretende recrutar, por recurso a mobilidade interna na categoria e nos termos dos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na redação em vigor, um(a) técnico(a) superior na área de Direito, para apoio técnico-jurídico ao Conselho Diretivo da FCT, I. P., nas seguintes áreas:

- No âmbito da atividade dos diversos Departamentos da FCT elaborar de pareceres ou informações de cariz jurídico, protocolos ou contratos, bem como realizar estudos técnico-jurídicos, em todos os domínios da ciência e da tecnologia, assim como do desenvolvimento da cooperação científica e tecnológica internacional;
- Apoio jurídico a concursos, em todas as suas fases, nomeadamente os de atribuição de bolsas e outros concursos competitivos, nacionais e internacionais;
- Preparação de peças processuais em recursos hierárquicos, contenciosos e outros processos judiciais, bem como acompanhamento dos processos em causa;
- Preparação de procedimentos de reconhecimento de atividades científicas, nos termos do regime do mecenato científico;
- Colaboração no desenvolvimento e gestão de projetos ligados à inovação, simplificação e modernização administrativa;
- Elaboração e assessoria em propostas de legislação e regulamentação, no âmbito das atribuições da FCT, I. P.

É condição preferencial o candidato possuir um mínimo de três anos de experiência profissional em funções ou cargos com idêntico conteúdo, deter sólidos conhecimentos de Direito Administrativo, bem como bons conhecimentos de Direito da União Europeia, designadamente nas áreas dos fundos estruturais e/ou financiamento de projetos comunitários, motivação para trabalhar em ambiente que privilegia a orientação para a obtenção de resultados práticos e a excelência das soluções propostas.

Tipo de Oferta: Mobilidade Interna
Carreira/Categoria: Técnico Superior
Licenciatura: Direito

Remuneração: De acordo com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2017) que prorroga os efeitos do artigo 38.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a remuneração será a auferida presentemente.

As respostas deverão ser remetidas, no prazo de 10 dias úteis, a contar da publicação do presente aviso, mediante requerimento elaborado pelo candidato com a menção expressa do organismo a que se encontra

adstrito, bem como do vínculo, da carreira/categoria que detém, da posição e nível remuneratórios e remuneração mensal e do contacto telefónico, acompanhado do *curriculum vitae* atualizado e comprovativo das habilitações literárias, para o endereço eletrónico dgrh@fct.pt.

A presente oferta de emprego será publicitada na Bolsa de Emprego Público (BEP) e estará disponível na página eletrónica da FCT, I. P. pelo prazo de 10 dias úteis.

19 de junho de 2018. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Ana Maria Sanchez*.

311440045

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 736/2018

Por deliberação de 18 de junho de 2018, do Conselho Diretivo do LNEC, I. P., foi autorizada a celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, em período experimental, com Isaias Inácio Cruz dos Santos, como técnico superior, na área funcional de apoio técnico a ciência e tecnologia — experimentação, posicionado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, com efeitos a 18 de junho de 2018.

19 de junho de 2018. — A Diretora de Serviços de Recursos Humanos e Logística, *Ana Paula Seixas Morais*.

311438442

EDUCAÇÃO

Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto

Despacho n.º 6510/2018

Na sequência do procedimento concursal n.º 745_CReSAP_89_12/16, tendo em vista o preenchimento de uma vaga para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., o júri da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) deliberou apresentar, nos termos do n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto, e 128/2015, de 3 de setembro, três candidatos. Em face dos currículos individuais apresentados pelos candidatos no procedimento concursal, bem como dos respetivos Pareceres Qualitativos elaborados pela CReSAP, ao abrigo do disposto nos artigos 18.º e 19.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º e no artigo 25.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, pelos Decretos-Leis n.ºs 200/2006, de 25 de outubro, e 105/2007, de 3 de abril, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 40/2011, de 22 de março, pela Resolução da Assembleia da República n.º 86/2011, de 11 de abril, pela Lei n.º 57/2011, de 28 de novembro, pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e pelas Leis n.º 24/2012, de 9 de julho, e n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pelos Decretos-Leis n.ºs 102/2013, de 25 de julho, 40/2015, de 16 de março, e 96/2015, de 29 de maio, e ainda ao abrigo do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 98/2011, de 21 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 132/2014, de 3 de setembro, nomeio para o cargo de Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., o mestre Vítor Manuel Batista Pataco, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias para o desempenho do cargo.

O presente despacho produz efeitos a partir de 12 de junho de 2018.

18 de junho de 2018. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *João Paulo de Loureiro Rebelo*.

Nota Curricular

1 — Dados de identificação:

Nome: Vítor Manuel Batista Pataco

Data de nascimento: 7 de fevereiro de 1964

2 — Habilitações académicas:

2013 — Diploma de Especialização em Políticas Públicas (195 horas) — INA;

2010 — Mestrado em Marketing, Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) — Universidade Técnica de Lisboa, atual Universidade de Lisboa;

2004 — Pós-graduação em Marketing Management — ISEG/IDEFE — Universidade Técnica de Lisboa;

2001 — Frequência do Curso de especialização “Gestão do Desporto Profissional” — INDEG/ISCTE;

1994 — Pós-graduação em Gestão do Desporto, FMH/ISEG — Universidade Técnica de Lisboa (parte curricular do Mestrado Europeu de Gestão do Desporto);

1988 — Licenciatura em Educação Física — ramo Desporto, conferida pelo Instituto Superior de Educação Física (atual Faculdade de Motricidade Humana) — Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Atividade profissional:

2016-2018 (1 de junho de 2016 a 11 de junho de 2018) — Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., em regime de substituição;

Desde julho 2016 — Secretário-Geral Adjunto da Conferência de Ministros da Juventude e Desporto da CPLP;

2012-2016 — Coordenador do Centro de Alto Rendimento do Jamor — Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P.;

Desde 2008 — Professor na Universidade Autónoma de Lisboa, a tempo parcial;

2009-2012 — Assessor para o Desporto da Presidência da Câmara Municipal Lisboa;

2008 (janeiro a junho) — Diretor Desportivo dos 2.ªs Jogos da Lusofonia, Lisboa 2009;

2006-2007 — Diretor do Complexo Desportivo do Jamor com equiparação a subdiretor-geral;

2005-2006 (outubro a maio) — Diretor dos Equipamentos Desportivos e Culturais da empresa Oeiras Viva, E. M.;

2004-2005 — Gestor do Complexo de Piscinas do Jamor;

2002-2003 — Diretor-Geral da Sport Lisboa e Benfica Multimédia, S. A., e Gestor de Negócios da Sportinveste Multimédia, S. A.;

1997-2001 — Diretor de Serviços do Associativismo Desportivo no Instituto Nacional do Desporto;

2000-2001 — Formador do Programa Nacional de Formação de Dirigentes Desportivos — Ministério da Juventude e do Desporto;

1995-1996 — Chefe da Divisão de Apoio às Atividades Desportivas do Instituto do Desporto;

1990-1994 — Técnico Superior da Direção-Geral dos Desportos;

1987-1989 — Professor do Ensino Secundário.

4 — Outras atividades/funções anteriores:

Sócio Fundador da Associação Portuguesa de Gestão do Desporto (APOGESD);

Membro e dirigente da Sociedade Portuguesa de Psicologia do Desporto (1994-2002);

Vice-Presidente do Clube de Carnaxide Cultura e Desporto (triênios de 2012-2014 e 2015-2016, até 30 de maio);

Dirigente associativo universitário (1983-1988);

Presidente do Conselho Desportivo Universitário (1986-1988);

Membro do Conselho Consultivo da Fundação do Desporto (1997-2001);

Membro do Conselho Geral do INATEL (1997-2001);

Treinador do Clube de Futebol Os Belenenses (1987-1992);

Treinador do Sporting Clube de Portugal (1993-1995);

Auditor Qualificado — Norma ISO 9001-2000;

Praticante de nível nacional nas modalidades de Atletismo e Andebol.

5 — Publicações:

Pataco, V. et al. (2002). Federações Desportivas, Indicadores Desportivos e Financeiros 1997 — 2000 — Lisboa, Centro de Estudos e Formação Desportiva;

Pataco, V. (1998). Financiamento Público no Movimento Associativo. Revista Desporto, 5, abril, 16-18;

Pataco, V. (1997). Alta Competição em Portugal — Passado, Presente e Futuro. Horizonte -Revista de Educação Física e Desporto, (14), 79, 3-10;

Pataco, V. (1997). Desenvolvimento Desportivo. Revista Desporto, junho, 24-25;

Serpa, S., Alves, J., Pataco, V. [editores] (1994). *International Perspectives On Sport And Exercise Psychology. Fitness Information Technology, Inc., Morgantown, E.U.A.*;

Serpa, S., Pataco, V. e Santos, F. (1991). *Leadership Patterns in Handball International Competition. International Journal of Sport Psychology*, 22, 78-89;

Pataco, V. (1989). Relação Treinador Atleta: Tipo de Liderança Exercida Pelos Treinadores de Alta Competição. Revista Setemetros, 33, 311439933

Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão

Despacho n.º 6511/2018

Nomeação para os cargos de subdiretora e de adjunta da diretora para o mandato de 2018/2022

Nos termos do disposto no artigo 21.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, atualizado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, designo para o cargo de subdiretora da Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão, a professora Vera Cristina Batista Rodrigues Tita, docente do quadro do grupo de recrutamento 300 e para o cargo de adjunta da diretora, a professora Maria da Luz Silva dos Anjos, docente do quadro do grupo de recrutamento 300, com efeitos a partir de 2 de julho de 2018.

26 de junho de 2018. — A Diretora, *Maria da Conceição F. R. de Matos*.

311458928

Agrupamento de Escolas de Benavente

Aviso n.º 8995/2018

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o Conselho Geral, reunido no dia 26 de julho de 2017, elegeu, por maioria dos seus membros em efetividade de funções, como Presidente do Conselho Geral deste Agrupamento de Escolas de Benavente, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, para um mandato de quatro anos, tendo-lhe sido conferida a posse em 26 de julho de 2017.

7 de junho de 2018. — A Presidente do Conselho Geral, *Nélia Maria Lopes Rolinho*.

311410172

Aviso n.º 8996/2018

Mário Rui Filipe Santos, Diretor do Agrupamento de Escolas de Benavente, de acordo com o n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, nomeio como subdiretora a docente Cristina Isabel Nascimento Pereira de Azevedo Silva, professora do quadro do Agrupamento do código de grupo 330, e como adjuntos o docente Pedro Rafael Pereira Reis Carromeu, professor do quadro de zona pedagógica do Agrupamento do código de grupo 540 e as docentes Maria Alexandra Carvalho Ferreira, professora do quadro do Agrupamento do código de grupo 620 e a docente Maria Filomena dos Santos Martins Teixeira, professora do quadro do Agrupamento do código de grupo 110.

A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de junho de 2017.

7 de junho de 2018. — O Diretor, *Mário Rui Filipe Santos*.

311410123

Aviso n.º 8997/2018

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, o Conselho Geral, reunido no dia 16 de maio de 2017, elegeu, por maioria dos seus membros em efetividade de funções, como Diretor deste Agrupamento de Escolas de Benavente, Mário Rui Filipe Santos, para um mandato de quatro anos, tendo-lhe sido conferida a posse em 16 de maio de 2017.

7 de junho de 2018. — A Presidente do Conselho Geral, *Nélia Maria Lopes Rolinho*.

311410083

Louvor n.º 241/2018

Louvo a Coordenadora Técnica Aida Monteiro Nunes Ferreira Constantino pela elevada competência nas funções atribuídas, pela sua atitude pró ativa na antecipação e resolução de questões técnicas e pelo